

O GRÊMIO ESTUDANTIL E OS DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

THE STUDENT GROUP AND THE CHALLENGES OF DEMOCRATIC MANAGEMENT IN THE PUBLIC SCHOOL

Vinicius Ruiz Albino de Freitas 1
Elioenai dos Santos Piovezan 2
Cristina Schmidt Silva Portéro 3

Doutor em Ciências Sociais pela UNESP, professor da UFABC e 1
professor colaborador do Mestrado em Políticas Públicas da UMC. Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/5528975814140135>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6893-3347>. E-mail: freitas.vinicius@ufabc.edu.br

Mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP, professor da rede 2
estadual de educação do Estado de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7758797684614324>. E-mail: elioenaisp@uol.com.br

Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, professora da 3
FABE e do Mestrado em Políticas Públicas da UMC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3658556378253903>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1208-2061>.
E-mail: crisschmidt@umc.br

Resumo: A participação do corpo discente é atualmente algo incentivado pelos sistemas de ensino, sendo que o principal meio é a atuação do grêmio estudantil, entidade representativa dos alunos. A gestão escolar, por sua vez, ao assumir um perfil democrático, deveria ser responsável em garantir a participação cidadã dos alunos e demais membros da comunidade na vida da escola. Logo, o objetivo central deste trabalho é analisar a percepção de atores do processo de constituição e existência de um grêmio estudantil bem como documentos oficiais que auxiliam a equipe gestora na sua implementação. Nossa hipótese é que o grêmio como entidade representativa, autônoma e deliberativa dos estudantes se dá mais por uma necessidade burocrática (senão obrigatória) do que como um compromisso efetivo com o desenvolvimento de alunos participativos e preocupados com o destino da escola. Para tanto, realizamos revisão bibliográfica acerca da gestão democrática escolar e do movimento estudantil, entrevistas semi-estruturadas com membros de um grêmio e gestores de uma escola pública estadual na Grande São Paulo e análise de documentos oficiais. Como aporte teórico, utilizamos os conceitos de democracia e participação, de Bobbio, Matteucci & Pasquino (1998) e Demo (1993), que postulam a participação social como “conquista”, opostos, pois, a posturas assistencialistas e centralizadoras que existem na escola. Também consideramos as contribuições de pesquisadores como Carlos (2006), Gadotti (2014) e Moura (2010), que abordam o grêmio estudantil e a gestão democrática na escola.

Palavras-chave: Escola Pública. Grêmio Estudantil. Gestão Democrática, Participação.

Abstract: The theme of this article is the relationship between student union and school management. The participation of the student body is currently something encouraged by the education systems, and the main means is the performance of the student union, representative entity of the students. School management, in turn, from a democratic profile, should be responsible for ensuring the citizen participation of students and other community members in the life of the school. Therefore, the objective of this work is to analyze the official documents that help the management team in the implementation of the student body. Our hypothesis is that the existence of the guild as representative, autonomous and deliberative entity of the students is more due to a bureaucratic (if not mandatory) necessity than an effective commitment to the development of participatory students and concerned with the destiny of the school. To do so, we carry out a bibliographic review about democratic school management and student movement and analysis of official documents. As a theoretical contribution, we use the concepts of democracy and participation by Bobbio, Matteucci & Pasquino (1998) and Demo (1993), who postulate social participation as “conquest”, as opposed to the welfare and centralizing positions that exist in school. We also consider the contributions of researchers such as Carlos (2006), Gadotti (2014) and Moura (2010), who address the student union and democratic management in school.

Keywords: Public School. Students' union. Democratic management. Participation.

Introdução

Estudar as relações entre direção escolar e estudantes organizados se faz necessária, uma vez que, embora exista legislação pertinente para a formação e atuação do grêmios estudantil, as ações de uma pretendida gestão democrática escolar parecem atender apenas a expectativas apontadas em documentos oficiais. Logo, o grêmios estudantil é algo inevitável por estar previsto em lei como direito dos estudantes, mas também pode ser indesejável quando extrapola o papel previamente estipulado por esses mesmos documentos oficiais.

Com esse enfoque, este artigo tem como objetivo analisar a percepção de atores da escola envolvidos diretamente na construção de um grêmios estudantil e a utilização dos documentos oficiais na sua implementação em uma escola pública estadual situada na Grande São Paulo. Neste trabalho, Grêmios Estudantil é compreendido como uma entidade autônoma e representativa dos alunos na construção da cidadania no âmbito escolar. Como aporte teórico, utilizaremos conceitos apresentados por Bobbio, Matteucci & Pasquino (1998) e Gadotti (2014), acerca da democracia e gestão democrática; por Demo (1993), relativamente à participação social como “conquista”, além das contribuições de pesquisadores como Carlos (2006), Moura (2010), entre outros, acerca do Grêmios Estudantil.

Nessa linha, fazemos uma digressão pela história do movimento estudantil e os aspectos de participação social suscitados em contextos de liberdade democrática e regime de exceção. Estudamos a mudança do paradigma da gestão escolar que deveria passar de formas autoritárias e centralizadoras para formas democráticas e participativas. E, para tanto, realizamos uma pesquisa qualitativa, a partir de revisão bibliográfica acerca do tema e estudo de documentos oficiais relativamente à concepção de grêmios estudantil, sua formação e monitoramento, no âmbito da Educação Básica das Diretorias de Ensino da rede estadual de São Paulo.

Dessa forma, o trabalho está organizado em três seções. Na primeira, fazemos um resgate histórico do movimento estudantil, com foco na constituição de grêmios estudantis no Estado de São Paulo. Na segunda, apresentamos os conceitos de democracia, participação social e gestão democrática. E, na terceira parte, analisamos os resultados das entrevistas semiestruturadas e documentos oficiais utilizados pelo sistema de ensino paulista à luz das teorias abordadas.

“Caminhando e cantando...”

Um percurso do movimento estudantil secundarista poderia ser ilustrado a partir das letras de algumas canções dos últimos 70 anos: “Pra não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré (1968), “Acorda, amor”, de Chico Buarque (1974), “Coração de estudante”, de Milton Nascimento (1985), e “Trono de estudar”, de Dani Black (2015). Reivindicações, resistência, retirada, ressurgimento e novamente reivindicações. A cada época, diferentes desafios se impuseram aos estudantes que, mais ou menos organizados, sempre criaram novas formas de luta. É desse percurso que passamos a tratar.

O movimento estudantil secundarista surge de forma mais organizada na década de 1940, quando a escola ainda refletia a presença de classes privilegiadas da sociedade. De acordo com Moura (2010), o marco inicial do movimento estudantil organizado é 1948, com a fundação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), sendo o termo “secundarista” equivalente ao hoje Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio. Após participação efetiva em diversos momentos históricos como a campanha “O Petróleo é Nosso”, em 1952, e os Centros Populares de Cultura (CPC), no início dos anos 1960, que promoviam programas de alfabetização, cinema, teatro, música, publicações, praças de cultura, artes plásticas e outras atividades, o movimento estudantil começa a sofrer intervenções políticas, notadamente no interior das escolas, desde o Golpe Militar, em 1964, até a redemocratização do País, em 1985 (CARLOS, 2006; MOURA, 2010).

Com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, a repressão ao movimento dos estudantes aumenta e os grêmios escolares, vinculados ou não às entidades estaduais, como a União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) ou a UBES, seriam substituídos por Centros Cívicos Escolares, por meio do Decreto Federal nº 68.065, de 1971. Por esse decreto, as escolas deveriam estimular a criação do Centro Cívico Escolar, sob a assistência de um orientador designado pela direção da unidade de ensino para atuar somente no âmbito da escola e para promover atividades de Educação Moral e Cívica. Tais ações visavam à cooperação na formação e aperfeiçoamento do

caráter do educando.

Em contrapartida, segundo Carlos (2006), em um contexto de luta armada, protestos, greves, atentados à bomba, estudantes e professores resistiram nas escolas, por meio de reivindicações como a exigência da revogação do decreto-lei nº 869, de 1969, que instituía a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC), em caráter obrigatório em todos os graus e modalidades de ensino; da destituição da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), responsável pela elaboração do programa de EMC e pela assessoria ao ministro da Educação na aprovação de livros didáticos nos Estados e na análise do currículo do orientador dessa disciplina e subsequente aprovação ou não (CARLOS, 2006, p. 29-30).

A participação dos estudantes secundaristas na greve dos professores de 1978 levou o governo militar a assinar o decreto nº 6.680, permitindo aos alunos constituírem grêmios estudantis, porém, segundo Carlos (2006), limitados ao regimento e “sempre assistidos por um membro do corpo docente, o que, na prática, não fazia mudar nada” (CARLOS, 2006, p. 30).

Somente com o fim do regime militar, os Centros Cívicos são extintos com a entrada em vigor dos Grêmios Estudantis, por meio da Lei Federal nº 7.398, de novembro de 1985, significando uma conquista democrática, não sem muitas lutas tanto no Congresso Nacional, para sua aprovação, como no interior das escolas, para sua implantação (CARLOS, 2006). Mesmo assim, no contexto da redemocratização do Brasil, a UBES encontrava resistência de parte dos diretores para organizar os grêmios estudantis nas escolas.

De fato, a garantia da lei não era o suficiente para a existência de grêmios estudantis livres, pois “os diretores viam que seu espaço estava sendo invadido e sentiam-se ameaçados”, e, após pressionarem o secretário da Educação do Estado de São Paulo, conseguem a proibição da “entrada nas escolas das entidades estudantis” (PESCUMA, 1990, p. 67 *apud* CARLOS, 2006, p. 15). Assim, o movimento estudantil secundarista chega aos anos de 1990 com uma baixa participação dos alunos nos grêmios, como consequência das relações existentes no interior da escola que são “centralizadoras e autoritárias” (PESCUMA, 1990, p. 67 *apud* CARLOS, 2006, p. 15). Com base em Marcuse (1967) e na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, Carlos (2006) considera a “função inercial” como característica da instituição escolar onde “os papéis estão cristalizados numa relação de autoridade que é dada, em última instância, pelo conhecimento privado dos professores” e, dessa forma, a escola “tem se tornado um instrumento de manutenção do ‘status quo’” (CARLOS, 2006, p. 15-16).

Considerando outro olhar para os grêmios estudantis a partir da década de 1990, Moura (2010) analisa o contexto político em que predomina a lógica da privatização para cumprir a agenda neoliberal capitaneada pelo presidente Fernando Collor de Mello, eleito em 1989. Tal lógica acaba por orientar a produção de políticas sociais e educacionais, como a apontada pela Conferência Mundial de Educação para Todos. Segundo Moura (2010), ao se priorizar a educação básica, “busca-se a formulação de propostas que incentivem a participação em trabalhos e ações solidárias e voluntárias, difundindo-se uma prática aparentemente democrática na gestão educacional” (MOURA, 2010, p. 275).

Dessa forma, a presença de entidades representativas da comunidade escolar, como o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres e o Conselho de Escola são incentivados a se formarem, mas com um perfil colaborativo e substitutivo de ações que deveriam ser garantidas pelo estado. O projeto neoliberal, a despeito do processo de *impeachment* e da pressão popular, notadamente com a participação dos estudantes “cara-pintadas” que forçou a renúncia de Collor em 1992, é assumido pelo governo Fernando Henrique Cardoso a partir de 1995. É nesse contexto, de reforma de Estado e gerenciamento burocrático, que surge o Plano Decenal de Educação e é aprovada a nova Lei de Diretrizes de Base (LDB), em 1996, como passos importantes para definir a criação de políticas públicas de educação como política de Estado, e não de governo.

Nas décadas de 2000, a UBES propõe ao Congresso Nacional que as instituições de ensino superior reservem 50% de suas vagas aos alunos oriundos das escolas públicas, lidera manifestações nacionais pela regulamentação da meia-entrada de estudantes em eventos culturais e esportivos, além de defender o passe livre no transporte público. No final dessa década, encampa o movimento pela destinação de 10% do PIB para a Educação, alinhada com a agenda do segundo governo Lula (UBES, 2019).

Nos anos 2010, a UBES passa a exigir os *royalties* do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal para a educação, proposta defendida pela presidenta Dilma Rousseff, que precisaria contar com o apoio do Congresso Nacional. Em 2015, a UBES apoia a ocupação de mais de 200 escolas paulistas contra a reorganização escolar que “previa o fechamento de 92 escolas e a reorganização para segmento único de mais 754 unidades” (PIOLLI, PEREIRA e MESKO, 2016, p. 23). Após questionamentos da Defensoria Pública e 60 dias de ocupação, o governo Alckmin recuaria da proposta, assumindo uma agenda de mais diálogo com a sociedade.

De fato, o episódio das ocupações de escolas em São Paulo (e depois em outros Estados brasileiros), que se deslocou para a ocupação e bloqueio de avenidas importantes de cidades paulistas, despertou os estudantes para a importância da luta democrática e por direitos. Entretanto, é perceptível ainda uma relação de controle das entidades representativas dos estudantes no âmbito escolar, conforme elucidamos abaixo. Assim, após o fim das ocupações, alunos protagonistas sentiram-se “pressionados e marcados pelo corpo dirigente e por parte dos professores” (PIOLLI, PEREIRA e MESKO, 2016, p. 33).

Embora a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) incentive e comemore a existência de “4.713 escolas com grêmios atuantes, o que representa 92% do total das escolas estaduais” (SÃO PAULO, 2019), concordamos com Carlos (2006) quando afirma que a instituição de entidades estudantis possui um certo controle e manipulação, e, “caso os grêmiosousem ir além, outros aparatos externos são acionados, com vistas a dificultar sua ação” (CARLOS, 2006, p. 18). São vários os fatores que comprovam essa realidade: geralmente não há formação de um colegiado para coordenar o processo que antecipa a formação de comissão eleitoral, inscrição de chapas e eleição do grêmio (CARLOS, 2006); os grêmios têm vida efêmera, com um ano de mandato, e calendário estipulado pela própria SEE-SP.

Assim, em 2019, a data “proposta” para a eleição foi o 19º dia letivo (28/02), tendo como data limite o dia 14 de março de 2019. Geralmente as chapas são formadas por alunos de uma mesma turma, série ou período, o que significa pouca representatividade. O processo, “feito de forma tumultuada” (CARLOS, 2006, p. 19), parece atender mais à legislação do Bônus Mérito que possui entre seus critérios, para definir valores e merecimento a professores e gestores, a existência de grêmio estudantil (Decreto Lei nº 48.486, de 9 de fevereiro de 2004). As ações dos gremistas são monitoradas pelos gestores e as limitações impostas tendem a desanimar seus membros a participarem de modo mais efetivo e criativo da vida escolar.

Assim, o desejo de participação democrática dos estudantes e a necessidade de controle da direção escolar se chocam, resultando no que Demo (1993) considera como a “unidade de contrários”, em que a forma estrutural organizativa é desigual e permanente e o conteúdo histórico é mutável e suscetível a transformações. Ora, o movimento estudantil, mesmo esbarrando no Estado carrancudo, representado pela direção de muitas escolas, obteve, ainda que momentaneamente, uma importante vitória no episódio das ocupações escolares de 2015. Ao fazer história, os estudantes abalaram a estrutura vigente, mas a “retirada” (e não “fuga”) do governo revela uma cessão e não o fim da desigualdade ou da relação assimétrica-hierárquica na vida escolar.

Democracia, Participação Social e Gestão Democrática

Podemos afirmar que a participação dos estudantes nas decisões importantes da vida escolar ainda é uma exceção nas escolas brasileiras. Durante a realização dos conselhos de classe e série, em que professores e gestores discutem o perfil das turmas, suas dificuldades e potencialidades, geralmente destacam-se a falta de organização, protagonismo, criticidade, comprometimento e disciplina dos discentes. A discussão passa então a ser em torno de estratégias para envolver os alunos na vida escolar para que desenvolvam um sentimento de pertencimento e se tornem mais participativos.

Nesse contexto, como ocorre todo ano, surge a necessidade (senão obrigação) de renovação do grêmio estudantil, entidade representativa dos alunos e que deveria ser um canal de comunicação com a gestão da escola e um instrumento para diversas ações, como promoção de eventos sociais, culturais e esportivos, com intervenções propositivas e construtivas dos estudantes.

No entanto, uma observação mais atenta, a considerar a participação social e a gestão democrática (dois conceitos caros à administração da educação pública), revela que as relações

entre grêmios estudantis e gestão escolar apresentam uma fissura que compromete o avanço para a construção de uma escola de fato mais democrática e menos burocrática.

Cabe salientar que, embora o grêmios estudantis exista legalmente, a sua existência de fato parece estar condicionada a uma determinação do sistema de ensino, como ocorre no Estado de São Paulo. Segundo Carlos (2006), há uma

[...] vinculação expressa entre a existência dessa instância estudantil dentro das escolas e o Bônus Mérito (que constitui vantagem pecuniária a ser concedida uma vez no ano, aos integrantes das classes docentes ocupantes de cargo ou função-atividade do Professor de Educação Básica I, de Professor de Educação Básica II de Professor II, em exercício nas unidades escolares e órgãos da estrutura básica da Secretaria de Estado da Educação)” (CARLOS, 2006, p. 18).

Isso nos faz retornar ao conceito de democracia que, segundo Demo (1993), “por maiores defeitos que possa ter e tem, é um valor em si, acima dos sistemas vigentes, devendo impregnar, em todas as suas dobras, qualquer esforço de política social” (DEMO, 1993, p. 3). Já em termos participação voluntária em entidades de relação indivíduo-Estado, segundo Bobbio, Matteucci & Pasquino (1998),

as associações voluntárias são consideradas essenciais para a manutenção de uma democracia substancial, enquanto se posicionam como entidades de equilíbrio do poder central e como instrumento para a compreensão dos processos sociais e políticos (BOBBIO, MATTEUCCI & PASQUINO, 1998, p. 65).

Por conseguinte, entendemos que a vida de uma entidade representativa, seja de qualquer setor, é inerente ao Estado Democrático de Direito, e deve ocupar seu espaço na sociedade. Uma entidade é, ao mesmo tempo, mandatária e receptáculo de ações que envolvem interesses de diversas naturezas, mas que não pode se furtar de sua autonomia ou “autopromoção” (DEMO, 1993). Logo, a despeito do embate de interesses entre forças desiguais entre entidades e poder estatal, corroboramos com Demo (1993) que “existe uma percepção (realista) de que política social pública tem como conteúdo mais típico – ainda que não exclusivo – a produção sagaz do controle social e da desmobilização popular” (DEMO, 1993, p. 2).

Ora, consideramos o Grêmios Estudantis, o Conselho de Escola e a Associação de Pais e Mestres – e outras formas organizativas – como legítimos representantes da comunidade escolar, que assumem atribuições específicas e às vezes conjuntamente, que refletem e influenciam o “jogo” e os “atores” no contexto escolar. Dessa forma, é fácil concordar com Demo (1993) quando afirma que “participação que dá certo, traz problemas. Pois este é seu sentido. Não se ocupa espaço de poder, sem tirá-lo de alguém. O que acarreta riscos, próprios do negócio” (DEMO, 1993, p. 2).

Depreende-se desse pensamento que as tarefas cotidianas seguem uma normalidade desejada pelos gestores, mas que pode sofrer abalos quando uma demanda exige tomadas de decisão que fogem dessa normalidade. Afinal, garantindo as proporções, “é a sociedade organizada que define o papel e o espaço do Estado, não o contrário” (DEMO, 1993, p. 2), logo, o Grêmios Estudantis, como instância representativa dos estudantes, deveria ser ouvido (ou fazer-se ser ouvido) no tocante às suas ideias, perspectivas e expectativas, de propostas e ações surgidas de suas necessidades genuínas, de formação política e cidadã.

Entre as principais críticas que se observam em produções acadêmicas acerca desse tema, a utilização de grêmios estudantis para “ajudar” ou “colaborar” na manutenção do espaço físico da escola parece ser a mais gritante. Ora, de acordo com Demo (1993), “a conquista participativa constitui-se em componente fundamental da política social, que já não pode ser resumida a serviços do Estado ou a propostas das instituições de planejamento, ou a atendimentos compensatórios e assistencialistas” (DEMO, 1993, p. 16). Nesse ponto, Demo (1993) estabelece o conceito de “autopromoção”, que pode ser compreendido como a capacidade de se exercer uma gestão autônoma diante do poder constituído.

Ora, em 2015, gestores e professores assistiram atônitos à ocupação de suas escolas por

estudantes que buscavam a defesa de um direito ameaçado por uma decisão de governo. A reorganização escolar, proposta que pode ser atribuída a um modelo gerencial da escola pública¹ (PIOLLI, PEREIRA e MESKO, 2016), visava à otimização dos aparelhos considerados “ociosos” e que necessitavam ser “realocados”. Para tanto, a SEE pretendia transferir estudantes e funcionários para outras escolas sem realizar consultas à comunidade escolar².

Acerca da gestão democrática e da participação popular, entendemos que esses dois princípios fazem parte da tradição das chamadas “pedagogias participativas” (GADOTTI, 2014, p. 1) e estão previstas na Constituição Federal de 1988, consagrando uma nova ordem jurídica e política no Brasil com base em dois pilares: a democracia representativa e a democracia participativa (direta). Nesse sentido, tanto a gestão democrática quanto a participação popular podem ser considerados valores que precisam estar presentes na formação do cidadão para que participe da vida política de seu país com responsabilidade e autonomia.

Mas, a considerar a educação como espaço de formação do cidadão, é preciso garantir aos seres aprendentes a participação também no planejamento e na organização da escola e do sistema de ensino. Por isso, Gadotti (2014) afirma que “a melhoria da qualidade da educação e das políticas educacionais está intrinsecamente ligada à criação de espaços de deliberação coletiva” (GADOTTI, 2014, p.1). E mais: a gestão democrática não está limitada à escola, uma vez que é um princípio pedagógico e um preceito constitucional. Ela é intrínseca a uma concepção democrática e emancipadora de educação o que contrapõe a ideia de uma educação tecnocrática ou autoritária.

A Participação Popular, para Gadotti (2014), corresponde às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras (movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais). São formas de lutas mais diretas e não atuam dentro de programas públicos como ocorre com as formas de Participação Social (conselhos, conferências, audiências, consultas públicas, fóruns, ouvidorias). Diante disso, o autor defende que se distinga as duas formas de participação e se respeite a autonomia e a independência das formas de organização popular “superando os riscos de cooptação, subordinação, fragmentação e dissolução das lutas populares” (GADOTTI, 2014, p. 3).

E, em se tratando da educação, não basta transferir responsabilidade e, conseqüentemente, culpabilidade ao professor por algum mau desempenho na escola. É preciso, antes, criar as condições de participação tanto de professores quanto de alunos e seus pais. E o Grêmio Estudantil deve ter papel preponderante nas discussões da vida escolar. Diferentemente de ações políticas, sociais, culturais ou desportivas, a participação dos estudantes nas discussões administrativas ou pedagógicas pressupõem conhecimentos muitas vezes técnico e científico, como a capacidade de saber ler planilhas de custo, orçamentos, conceitos básicos de ensino e aprendizagem, currículo, entre outros.

Dessa forma, concordamos com Gadotti (2014) quando propõe que a participação social “não pode ser episódica, paralela, mas estrutural”, devendo-se sim “constituir-se numa metodologia permanente da política educacional” (GADOTTI, 2014, p. 4), como um modo de gerir, de governar. Isso pressupõe capacitação, mas apartada, conforme Marilena Chauí (1983, *apud* GADOTTI, 2014, p. 4), de uma ideologia da competência (meritocracia) que separa “os que sabem e os que não sabem”, em uma situação em que “quem sabe comanda quem não sabe” e pior: “quem sabe comanda e quem não sabe obedece, não tem voz, não pode manifestar sua opinião, mesmo quando o assunto diga respeito à qualidade de suas vidas” (GADOTTI, 2014, p. 4-5).

Enfim, a gestão democrática e a participação social estão em pleno desenvolvimento. Há diversas propostas sobre quem e como devem ser realizadas na escola (“planejamento participativo”, “planejamento socializado ascendente” e outros). De qualquer modo, como a participação não deve se restringir à gestão da escola, é preciso que haja informações transparentes sobre recursos

¹ “Em São Paulo, o modelo de gestão típico da empresa privada de produtividade e qualidade tem sido adotado como paradigma para orientar muitos serviços públicos, submetendo-os a critérios quantitativos de indicadores e de *ranqueamento*”. Tal caráter gerencial teria sido “ocultado na sua proposição original”. Cf. Piolli, Pereira e Mesko (2016, p. 22).

² “O Plano de Reorganização foi adiado em razão da resistência estudantil e da intervenção do Ministério Público e Defensoria Pública do Estado. Tal projeto sofreu forte resistência dos estudantes secundaristas, que promoveram um grande movimento de ocupação de mais de 200 escolas durante cerca de 60 dias”. Cf. Piolli, Pereira e Mesko (2016, p. 24).

públicos disponíveis, critérios de distribuição e execução orçamentária, ou seja, instrumentos e mecanismos do próprio sistema de ensino. De qualquer modo, a democracia participativa seria exercida por representantes da comunidade escolar dentro do princípio da gestão democrática, diminuindo (mas nunca eliminando) a assimetria de poderes e atribuições dos diferentes segmentos envolvidos.

Grêmios Estudantis: Um Processo de Construção Contínua

Tomamos como *corpus* para análise os resultados de entrevistas semi-estruturadas com atores da escola e dois modelos de Estatutos de Grêmios Estudantis disponibilizados pela SEE-SP e publicações oficiais e de organizações atuantes na área da Educação, relativamente à Gestão Democrática e à constituição do Grêmios Estudantis.

Os atores

Consideramos os atores entrevistados como: Aluno 1, Aluno 2, Coordenador 1 e Coordenador 2. As questões foram agrupadas em tópicos como: *Etapas para a formação do grêmios, Formação de chapas, Elaboração de propostas, Processo eleitoral, Dia da eleição, Apuração, Posse da nova diretoria, Vida do grêmios e Perguntas pessoais.*

Ao final, constatamos que a gestão escolar anunciou em cada sala de aula que estavam abertas as inscrições para chapas do grêmios e que os alunos se organizassem para escolherem o nome da chapa, “projetos” e função de cada membro do grêmios. Foram realizados de 3 ou 4 encontros com os alunos interessados em que se discutiram “projetos, a importância da postura no meio estudantil, responsabilidades” (Aluno 1). Os encontros foram dirigidos por um coordenador que acompanhou todas as etapas da renovação do grêmios. O Aluno 1 afirmou ter havido “poucas” informações sobre as atribuições do Grêmios e que receberam apenas “alguns papéis e livros ensinando sobre a política estudantil”. Ainda segundo o Aluno 1, não foi apresentado o Estatuto do Grêmios Estudantis da escola. Já o Aluno 2 afirmou ter sido apresentado o Estatuto e alguns panfletos.

Os principais critérios utilizados pelos alunos para comporem suas chapas foram a “amizade” existente entre eles (Aluno 1) e serem representantes de turmas (Aluno 2). Já para a elaboração das propostas, buscaram sugestões dos gestores da escola (Aluno 1) e opinião dos estudantes (Aluno 2). Nessa etapa, houve apresentação do calendário eleitoral, das regras da campanha e procedimentos no dia da eleição, porém, não houve debate entre as chapas, que se limitaram a visitar as salas de aula para divulgar suas propostas. Nesse aspecto, a escola segue um calendário eleitoral estipulado pela Secretaria de Educação do Estado (SEE) e fica a cargo dos coordenadores encaminharem o processo eleitoral.

A eleição foi realizada por meio de cédulas impressas depositadas em uma urna. De acordo com o Aluno 1, “não houve fiscalização pelos representantes das chapas, sendo as cédulas recolhidas por uma vice-diretora e o presidente do Grêmios (gestão anterior). Os votos foram apurados por uma vice-diretora e por um coordenador e os Alunos 1 e 2 desconhecem o método de apuração, mas que não houve contestação alguma dos resultados. Após a eleição, não houve cerimônia de posse da nova diretoria (Aluno 1), apenas a assinatura da Ata e registro fotográfico (Aluno 2).

O grêmios eleito teve uma reunião de planejamento e depois apenas mais duas reuniões de trabalho: uma na semana da posse e outra dois meses mais tarde. Nessas reuniões, foram discutidas “as funções de cada membro, responsabilidade e participação de cada pessoa naquilo que tem mais facilidade e prática de fazer”. Das propostas apresentadas na campanha, apenas uma foi colocada em prática: “Biblioteca à Noite”³. Entre os maiores obstáculos encontrados pelo Grêmios, na percepção do Aluno 1, foi a “participação da Gestão e a influência nos projetos”, que se verificaram como intervenções negativas.

Embora a relação entre os membros do grêmios fosse “boa” (Aluno 2) e “muito boa” (Aluno 1), “apenas cinco [dos 12] permaneceram até o final” do ano letivo de 2018 (Aluno 1). Nesse

³ Devido à ausência de um bibliotecário no período noturno e necessidade de os alunos realizarem empréstimos de livros, o presidente do grêmios assumiu voluntariamente a responsabilidade de emprestar e cobrar a devolução de livros nesse período.

período, o Grêmio participou de reuniões da APM e do Conselho de Escola. Já o Conselho de Classe teve a participação de apenas um membro do grêmio.

Em relação às questões pessoais, o Aluno 1 disse ter aprendido muito com a participação no Grêmio:

Foram experiência incríveis. Ver como funciona a Gestão, e a importância da política no meio estudantil, ver a importância do aluno e do Professor no meio escolar. Vi como a ideia e a opinião do aluno são importantes para uma melhor convivência na escola.

Sobre o que faria diferente, afirmou “participar mais e delegar mais funções para os membros do Grêmio” e que “muitas coisas deram errado e a única coisa que deu certo foi a participação do Grêmio na hora de ajudar em eventos e ações dentro da escola”.

Em uma escala de 0 a 5, indo de Insuficiente a Excelente, os aspectos mais negativos apontados pelo Aluno 1 foram a relação com a Direção da escola e com os professores (nota 1); apoio material dado pela escola, comprometimento dos membros do grêmio e atuação do grêmio em relação às propostas de campanha (nota 2). Já os aspectos positivos foram as orientações dos coordenadores e envolvimento dos alunos no processo eleitoral (nota 4). Já o Aluno 2 disse que aprendeu sobre a importância do trabalho em equipe e avaliou como positivo o fato de terem conseguido “verba para o laboratório”⁴ (de Ciências). Para as situações apresentadas, o Aluno 2 avaliou com notas 4 e 5, e afirmou não se lembrar bem dos detalhes.

Para o Coordenador 1, a gestão contribuiu com “a ampla divulgação do processo eleitoral, da formação das chapas, dos cargos a se ocupar, bem como das orientações procedimentais e atitudinais dos participantes”. Quanto à vida do Grêmio, disse que a gestão escolar esteve “intimamente relacionada às contribuições necessárias” à atuação dos estudantes. Já o Coordenador 2 afirmou que a gestão escolar participou “ativamente das atividades do Grêmio” com reuniões semanais para “alinhar as propostas do grupo”. Ambos avaliaram com notas parciais 3 e 4 a orientação, o apoio, a relação dos gestores e professores com o grêmio, a atuação dos estudantes e dos gestores.

O Coordenador 1 cita como ação que “deu errado” a proposta de implantar a Rádio Escola, pois isso “dependia de equipamentos e instalação adequada, os quais estavam em processo de aquisição”. Sobre o que “faria diferente”, Coordenador 1 “destinaria uma maior porcentagem de ‘recursos’ necessários” para que o Grêmio funcionasse melhor, com apoio da APM, do Conselho de Escola e equipe de gestão. Para o Coordenador 2, foram cometidos erros como propostas “fora da realidade” e projetos não realizados por “falta de apoio de alguns professores”, mas que o protagonismo é um dos papéis do Grêmio, principalmente na criação de “ações culturais, esportivas, recreativas envolvendo todos os alunos da escola”. Outro papel da entidade é ser “o elo de comunicação entre a gestão e os estudantes” e sua importância reside em tornar o jovem estudante “um cidadão crítico, pensante, democrático”, exercitando sua “ação política dentro da escola”.

Ainda em relação ao papel do Grêmio, o Coordenador 1 acredita que é “dar voz aos maiores anseios” dos alunos, com atividades “mais lúdicas e coletivas dentro e fora dos muros da escola”, como teatro, cinema, parque, museu, circo, exposições em geral, que “contribuem com o processo [de] ensino-aprendizagem”. Um cenário indesejado é o abandono do Grêmio “após a sua eleição”.

Segundo o Coordenador 1, existe entre os membros do Grêmio uma “grande preocupação por caminhos capazes de trazer para a escola a valorização do ‘pensamento crítico’” que se referem a mudanças desejadas. Para tanto, é preciso “criar e recriar condições” para a “formação da cidadania” como construção “incansável” de uma “sociedade do futuro”, “mais justa e igualitária, como foco na Democracia”. Enfim, participar do Grêmio Estudantil é uma forma “ética e responsável” de se preocupar e se engajar no “combate às mazelas da gestão educacional de nosso país”.

Os documentos

Para tanto, consideramos dois modelos de Estatuto de Grêmio Estudantil para nossa análise:

4 A escola não possui Laboratório de Ciências, mas houve iniciativa de um professor de Química que conseguiu adaptar uma sala de aula desativada com alguns equipamentos e instrumentos básicos.

o Estatuto 1, utilizado pelo grêmio de uma escola estadual localizada na Grande São Paulo, e o Estatuto 2, constante do *Caderno Grêmio em Forma* (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2001), disponibilizado no sítio oficial da SEE-SP.

O Estatuto 1 é constituído de sete capítulos, distribuídos em 45 artigos. Os capítulos apresentam um padrão de itens existentes em estatutos de entidades sociais, como “Denominação, sede, fins e duração” e “Patrimônio, sua constituição e utilização”. O terceiro capítulo discorre sobre a “organização do Grêmio Estudantil” e é subdividido em três seções: “Das Assembleias Gerais”, “Do Conselho de Representantes de Classe” e “Da Diretoria”. O capítulo IV trata do tema “Associados”; o V, do “Regimento Disciplinar”; e o VI, das “Eleições”. Por fim, o capítulo VII apresenta as “Disposições Gerais e Transitórias”.

Como documento “modelo”, os estudantes interessados em compor o grêmio podem fazer alterações, que são previstas no próprio Estatuto, como o artigo 10º, item a, que afirma ser competência da Assembleia Geral “aprovar e reformular o Estatuto do Grêmio”, ou o artigo 29º, item d, em que os associados (estudantes) têm o direito de “propor mudanças e alterações parciais ou completas do presente Estatuto”. Estranhamente, a possibilidade de modificação do Estatuto é repetida no capítulo VII, artigo 39º, das Disposições Gerais e Transitórias, o que representa um deslocamento desnecessário de atribuição da Assembleia Geral e direito do “associado”.

Quanto à forma de exercer o mandato, o Estatuto adota o modelo presidencialista (ou hierárquico) prevendo os cargos de Presidente, Vice-secretário, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros e diretores Social, de Imprensa, de Esportes e de Cultura e seus respectivos suplentes.

Já o Estatuto 2, elaborado em 2001, em colaboração com o Ministério da Justiça, por meio do projeto *Grêmio em Forma*, apresenta um modelo de gestão descentralizado, em que as figuras do presidente e demais cargos de diretoria são substituídos pelas funções de Coordenador Geral e coordenadores Financeiro, Social, de Comunicação, de Esportes, de Cultura e de Relações Acadêmicas. A proposta de estatuto está disponível no *Caderno Grêmio em Forma*, disponível na página oficial da SEE-SP, na seção Grêmio Estudantil⁵.

Obviamente, não se trata de mera questão semântica ou de nomenclatura. A concepção de Gestão Democrática pressupõe maior simetria entre as partes, e o Grêmio Estudantil deveria ser um espaço para a aprendizagem de relações democráticas e participativas. Logo, a figura de um presidente acaba por delegar poder a uma única pessoa, cuja cooptação pela direção escolar poderia comprometer a efetiva participação dos demais membros do grêmio. Por sua vez, a distribuição de poder pelos seus membros torna a vida do grêmio mais independente das interferências da gestão escolar, pois as decisões seriam tomadas de forma coletiva e consensual. Ressaltamos que o “processo de conquista do direito passa normalmente pelas fases do planejamento participativo: tomada de consciência, que descobre a discriminação como injustiça; proposta de enfrentamento prático da questão; necessidade de organização política” (DEMO, 1993, p. 63). Isso se torna mais eficaz se feito de forma colegiada, com pesos de decisão iguais.

O *Caderno Grêmio em Forma* busca não só informar, mas formar o estudante no tocante à vida do Grêmio Estudantil. Traz um histórico sobre o movimento estudantil, a definição e a importância do grêmio, embasamento legal e instruções para a criação do grêmio e modelos de estatuto e atas. Nesse sentido, o documento deveria ser lido com bastante cuidado pelos futuros gremistas e professores orientadores, especialmente sobre a forma descentralizada dos cargos de direção.

A respeito da participação dos estudantes, diz o *Caderno*:

Quanto mais estimulamos a colaboração e a solidariedade dentro da escola e em nossa comunidade, mais estaremos participando da construção de uma cidadania ativa, consciente e responsável. Esse é o desafio do GRÊMIO LIVRE ESTUDANTIL (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2001, p. 7).

Outros aspectos destacados no *Caderno Grêmio em Forma* são a importância do trabalho em equipe e a necessária interação com professores e com instituições e estabelecimentos do

5 Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/gremio-estudantil>. Acessado em 10jun.2019.

entorno da escola (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2001, p. 15). Elaborar e executar projetos viáveis e obter parcerias com setores externos para realizar ações sociais, culturais ou esportivas podem contribuir para melhorar a vida escolar e aumentar o sentimento de pertença.

Quanto aos objetivos do Grêmio Estudantil, o Estatuto 1 apresenta no Artigo 2º oito itens. O item 4, visa a “promover a cooperação entre administradores, professores, funcionários e alunos, **no trabalho escolar**, buscando seu **aprimoramento**”; o item 5, “realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural, educacional, político, desportivo e social com **entidades congêneres**”; o item 6 “pugnar pela adequação do ensino às reais necessidades da juventude e **do povo**, bem como pelo ensino público e gratuito”; o item 7 “pugnar pela democracia, pela independência e respeito às liberdades fundamentais do homem, **sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, convicção política ou religiosa**; e o item 8 “lutar pela democracia permanente **dentro e fora da escola**, através do direito de participação nos **fóruns deliberativos adequados**”⁶.

Os itens citados apresentam expressões genéricas e difusas: utiliza “trabalho escolar” quando poderia ser “vida ou cotidiano escolar”, ou como a busca de “aprimoramento” desse “trabalho” (item 4). Difuso como em “entidades congêneres” (item 5) para que haja “intercâmbio”. Seria com outros grêmios, partidos políticos ou sindicatos, clubes de futebol, entidades sociais? A expressão “reais necessidades da juventude e do povo” (item 6) beira a um discurso panfletário. A luta pela “democracia permanente dentro e fora da escola” (item 8) pressupõe o direito a participar de “fóruns deliberativos adequados”, mas quais são esses fóruns? Conselho de Escola, Congresso Estudantil (promovido por entidades como União Paulista dos Estudantes Secundaristas ou União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) ou união municipal de estudantes? A expressão “fora da escola” também abre margem para diversas interpretações que certamente os estudantes nem sempre conseguem mensurar.

O Estatuto 2 apresenta no Artigo 2º o seguinte conteúdo:

Melhorar a **qualidade de vida e da educação** dos alunos da referida unidade escolar sem qualquer distinção de **raça, credo político ou religioso, orientação sexual ou quaisquer outras formas de discriminação**, estimulando o interesse dos alunos na construção de **soluções para os problemas** da escola supracitada, contribuindo para **formar**, assim, **cidadãos conscientes, participativos e multiplicadores destes valores**⁷, sempre condizentes com a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2001, p. 34).

Percebemos uma concisão na finalidade do grêmio que remete à “qualidade de vida” dos estudantes e à alteração do termo “sexo” por “orientação sexual”, mais adequado aos dias atuais. No entanto, apresentar “soluções para os problemas da escola” pressupõe uma atuação que pode confundir o papel dos gremistas como “tarefeiros” da gestão escolar, portanto, na contramão do conceito de “autopromoção”, conforme estabelecido por Demo (1993).

Quanto à concepção e à importância do Grêmio Estudantil, a organização Todos pela Educação entende que, além de “dar voz oficial” às necessidades dos alunos sob a gestão escolar e “defender os interesses” dos alunos, o grêmio é “uma das primeiras oportunidades que os jovens têm de representar seus interesses e agir politicamente por meio da participação democrática, conciliando opiniões diversas por meio do diálogo” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018). Ao valorizar as relações interpessoais, a orientação afirma incentivar o “protagonismo juvenil”, termo em voga no discurso educacional.

Já o Plano Nacional de Educação (PNE) garante, em sua Meta 19, dar condições para “a efetivação da gestão democrática da educação” e, em seu item 19.4, incentiva a “constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais”. Dessa forma, sempre relacionada à Gestão Democrática da escola, o Grêmio Estudantil é uma entidade sempre potencial, cabendo aos estudantes organizá-lo, renová-lo e mantê-lo vivo e atuante. No entanto, para viabilizar a construção

6 Todos os grifos do parágrafo são nossos.

7 Todos os grifos do parágrafo são nossos.

de grêmios efetivamente participativos e independentes, é preciso que haja conscientização dos estudantes acerca da concepção de grêmios como expressão do movimento estudantil, situado política e historicamente na sociedade. Isso semente parece viável se os estudantes conhecerem suas possibilidades e limitações, bem como formas de atuação, como a luta por direitos e o cumprimento de deveres.

A despeito da tendência discursiva de valorização da existência do Grêmios Estudantil, uma entidade realmente representativa e que contribua para a boa convivência entre estudantes, professores, gestores e funcionários, para além de exigências burocráticas, precisa possuir uma relação mais simétrica com o poder local e sentir-se, de fato, cogestora e pertencente para assumir responsabilidades e compromissos com o destino da escola.

Das entrevistas dos Alunos 1 e 2 depreende-se que as propostas iniciais do Grêmios são balizadas pelo que “pode” ou “não pode” ser realizado, o que o Coordenador 1 chama de “fora da realidade”. Vimos que na percepção do Aluno 1, a relação com a Direção e com alguns professores não foi boa o que já bastaria para desanimar o grupo em executar algumas ações. É perceptível um esvaziamento da vida do Grêmios que começou com 12 membros e durante o mandato contava com apenas cinco gremistas ativos.

Embora os documentos embasem o funcionamento do Grêmios Estudantil, os membros da entidade valem-se pouco de seus direitos e, na prática, são acompanhados pela Coordenação por meio de reuniões de “alinhamento”. Projetos esportivos que demandam participação de professores de Educação Física, estrutura e aprovação da Direção da escola, como torneios interclasses de diferentes modalidades (futsal, voleibol ou handebol), são apenas aventados nem chegando a compor o rol de propostas das chapas.

Entre os coordenadores, há diferentes visões sobre o papel do Grêmios, refletindo o discurso da SEE e de entidades “amigas” da Educação que apostam no “protagonismo juvenil” como forma de se produzir futuras lideranças no mundo do trabalho. Formar alunos com “pensamento crítico” a partir de sua vivência no Grêmios mostra-se assim inócua, uma vez que esse espaço é monitorado pela Direção. Conceitos como democracia e participação parecem distantes da realidade da escola como instrumentos de transformação. Um dos coordenadores menciona as ações “dentro da escola”, pois esse é a seu ver o limite da atuação dos estudantes. O outro coordenador compreende ações fora da escola como atividades pedagógicas para ampliar o conhecimento e a cultura dos estudantes, mas não se refere a meios de desenvolver o espírito de participação e envolvimento da comunidade em causas comuns para tornar a escola um espaço democrático de discussões e eventos que desenvolvem a criticidade ou que discutam os problemas da escola.

De qualquer modo, existe uma distância entre o discurso e a prática da gestão escolar que revela a existência de um Grêmios Estudantil formado para cumprir exigências burocráticas. Embora haja a incumbência dos coordenadores em orientar e acompanhar a vida do Grêmios, as propostas iniciais se mostram incipientes e são substituídas aos poucos por tarefas que visam a ajudar na manutenção da escola. Um exemplo é a atitude do presidente do Grêmios de assumir a responsabilidade em emprestar livros da biblioteca da escola aos alunos do período noturno. Embora a iniciativa seja louvável, a ação revela uma estrutura deficiente no atendimento aos alunos em uma das principais competências do processo de ensino-aprendizagem: a leitura.

Considerações Finais

A existência de grêmios estudantis na maioria das escolas paulistas cumpre parcialmente o que está previsto na Lei. Não se trata de avaliar a quantidade de entidades formalizadas por meio de processos constitutivos que seguem um ritual anual e previsto em calendário da SEE-SP. Trata-se, antes, de verificar a qualidade da atuação desses grêmios, a consistência de suas propostas, a percepção que os membros possuem de sua própria condição de representantes de seus pares e do grau dos avanços e conquistas obtidos em sua atuação.

Ora, a participação, como apregoa Demo (1993), é, ao mesmo tempo, meio e fim, é luta e conquista. Logo, os documentos ora analisados, e que são amplamente utilizados pelas escolas na constituição de seus grêmios estudantis, são importantes como norteadores, mas não definitivos para se atingir uma autonomia. Problemas como a “obrigação” (senão “imposição”) para se estabelecer um grêmios, visando meramente a cumprir determinações burocráticas (CARLOS,

2006), põem em dúvida a atuação consciente e conseqüente dos estudantes. Vimos como há um esvaziamento do Grêmio ao longo do ano letivo por não conseguirem apoio a suas propostas e que, embora os membros remanescentes considerem uma experiência muito importante em suas vidas, as ações não suficientes para garantir uma formação cidadã crítica e participativa para todos.

Pautado nas teorias de participação e gestão democrática, a autonomia é peça fundamental para a formação de um grêmio atuante, consciente e propositivo, sem que seja direcionado para cumprir papéis estranhos ou que extrapolem sua natureza. E, vemos a atuação do Grêmio Estudantil e da Gestão Democrática como atos pedagógicos, pois ambos operam para a construção de uma escola mais democrática e participativa que, além de ofertar conhecimentos formais, visa à formação de sujeitos ávidos por justiça e igualdade. Porém, constatamos que a constituição do Grêmio Estudantil é apenas parte da conquista. A luta por uma entidade realmente autônoma é tarefa dos próprios estudantes, que podem ser orientados por professores e gestores comprometidos com a democracia participativa e a “autopromoção” do Grêmio Estudantil.

Referências

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Trad. Carmen C, Varriale et al.

BRITO, L. M. P. B.; FREIRE, J. L.; GURGEL, F. F. **Gestão participativa: um processo contínuo?** Revista Labor. n.5, v.1, 2011.

CARLOS, A. G. **Grêmio Estudantil e participação do estudante**. 2006, 118p. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade). PUC-SP, São Paulo.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, S. C. **Grêmio estudantil: um disparador de subjetividades coletivas e emancipatórias**. Tese de Doutorado. São Paulo: FEUSP, 2002.

FUJITA, I. K. A gestão participativa na educação pública brasileira: desafios na implantação e o perfil do gestor. **ENIAC Pesquisa**, Guarulhos (SP), v. 4, n. 2, jul-dez. 2015.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**. Disponível em <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf>. Acessado em 12mai.2019.

GIOVINAZZO JR. C. A. **A educação escolar segundo os adolescentes: um estudo sobre a relação entre a escola e seus alunos**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2003.

GRÊMIO PADRE ROMEO MECCA. **Estatuto**. Cópia disponibilizada pela gestão escolar, 2019.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Caderno Grêmio em Forma**. 2.ed. Disponível em <<https://www.educacao.sp.gov.br/gremio-estudantil>>. Acessado em 5mai.2019.

MARCUSE, H. **Ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINS, F. A. S. **A voz do estudante na educação pública: um estudo sobre participação de jovens por meio do grêmio estudantil**. 2010. 168p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte.

MORAIS, P. S. **Participação como forma de ampliação dos espaços democráticos: concepções e perspectivas para gestão da escola.** <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0437.pdf>>. Acessado em 16mai.2019.

MOURA, M. R. L. O grêmio estudantil na gestão da escola democrática: protagonismo e resiliência ou despolitização das práticas formativas? **Revista de Ciências da Educação – UNISAL.** Americana (SP), Ano XII, N. 23, 2º semestre/2010, p. 273-292.

NOVA ESCOLA. PNE: Meta 19. **Revista Nova Escola.** 01jul.2012. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/2996/pne-meta-19>>. Acessado em 4jun.2019.

PESCUMA, D. **O Grêmio Estudantil: uma realidade a ser conquistada.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1990.

PIOLLI, E.; PEREIRA, Luciano; MESKO, A. de S. R. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), vol. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun., 2016.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão democrática e participativa.** 3. ed. rev. ampl. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Documento Orientador para o processo de eleição de representantes dos Grêmios Estudantis nas escolas estaduais em 2019.** Anexo II. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Documento-Orientador-Gr%C3%AAmio-2019.pdf>>. Acessado em 15mai.2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Grêmio escolar: perguntas e repostas.** Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/perguntas-e-respostas-o-que-e-um-gremio-escolar>>. Acessado em 25mai.2019.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). **História: UBES.** Disponível em <<http://ubes.org.br/memoria/historia/>>. Acessado em 26mai.2019.

Recebido em 12 de novembro de 2019.

Aceito em 17 de março de 2020.